

## PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO: A FORÇA DO MULTILATERALISMO

Sandra Fernandes

Texto entregue em Junho de 2022

NAS SUAS RELAÇÕES EXTERNAS, PORTUGAL prioriza os ambientes multilaterais como a União Europeia (UE), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), as Nações Unidas e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desta forma, o país participa em vários centros políticos, materializa a sua vocação global e, porventura, evita a marginalização de um Estado que é pequeno. Ter vocação global e uma diplomacia a 360 graus tem vindo a estruturar a ação externa do país que, parafraseando o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva, se traduz no “nosso à-vontade no multilateral”. Ademais, propicia a projeção de Portugal como uma potência média, mesmo tendo em conta a limitação dos seus recursos.

No entanto, o desiderato de ser um país atuante no mundo é hoje condicionado pelas transformações em curso nas dinâmicas transatlânticas e europeias. A administração Trump e o Brexit ameaçaram a fronteira de segurança tradicional, alicerçada nas relações transatlânticas. As incertezas na Europa, apesar da integração na UE, ameaçam o desenvolvimento socioeconómico do país. Surgem, então, cenários reais de periferização de Portugal. Por exemplo, Lisboa partilha com Londres um olhar mais transatlântico sobre os assuntos europeus. O seu afastamento constitui a perda de um referencial de peso para balancear a dimensão continental. Com Trump a referir-se à NATO como sendo obsoleta, foi o pilar de segurança português que estremeceu.

Se a guerra na Ucrânia, iniciada a 24 de fevereiro de 2022, inverteu o afastamento observado, esta última deve surgir como uma oportunidade para reforçar o pilar europeu no seio da aliança transatlântica.

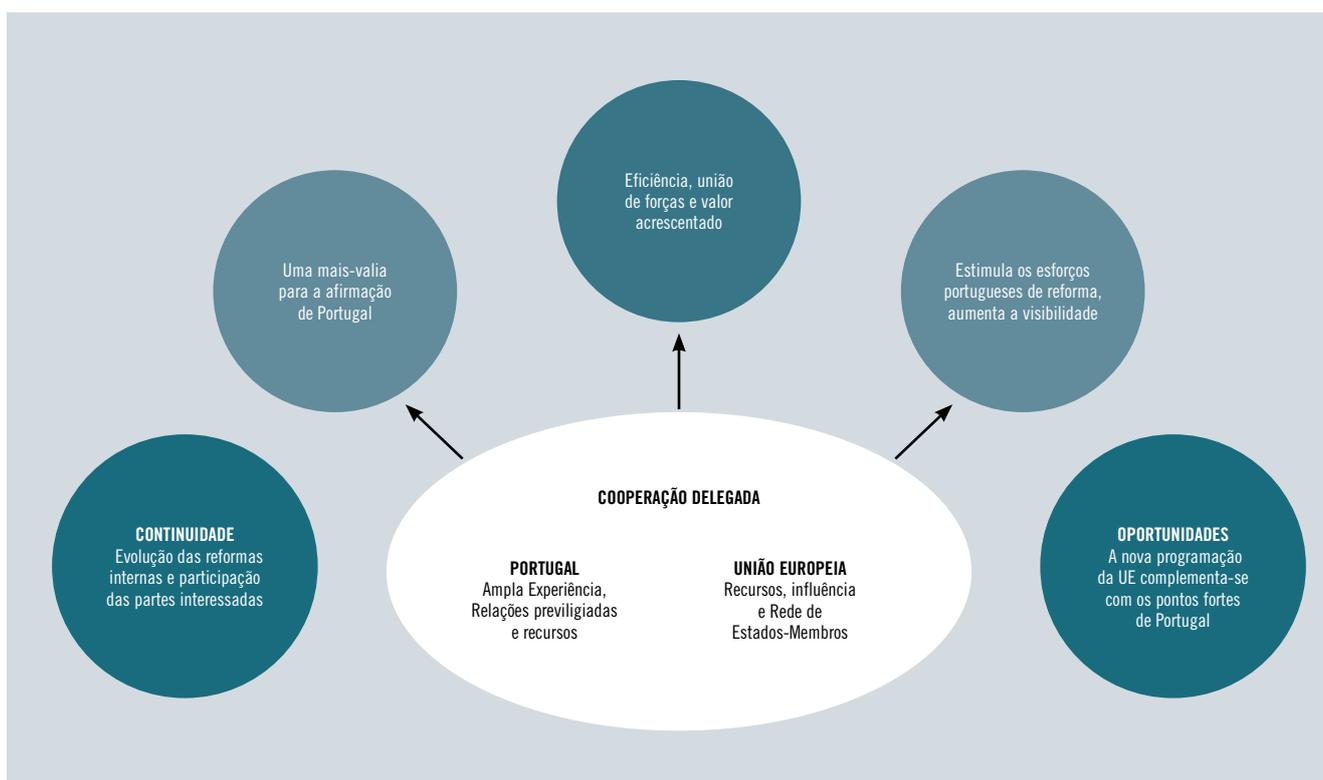
“  
As incertezas na Europa, apesar da integração na UE, ameaçam o desenvolvimento socioeconómico do país. Surgem, então, cenários reais de periferização de Portugal.”

Sendo que o multilateralismo serve, essencialmente, aqueles que o dominam, esta aposta requer, por parte de Portugal, escolhas claras sobre dois fins possíveis: ou se trata de um elemento estabilizador da ordem mundial, ou se trata de uma gestão do interesse nacional português de cariz utilitário. Em ambos os casos, o multilateralismo é frágil porque os poderosos se afastam dele na atualidade e porque precisa de ser melhorado para trazer resultados às pessoas e às sociedades, oferecendo, assim, alternativas às pulsões nacionalistas (protecionistas e isolacionistas) que propõem soluções mais fáceis. As necessidades

de governação global face ao número crescente dos bens globais (como o ambiente e a saúde) lembram-nos, também, que os indivíduos e a sociedade portuguesa são, hoje, partes integrantes do jogo internacional.

De que forma a diplomacia de Portugal, a 360 graus, pode contribuir para a sobrevivência, e necessária transformação, dos sistemas multilaterais, numa lógica de inclusão? De que forma pode o país assumir esse papel? A necessária inclusão do multilateralismo na revisão vindoura do Conceito Estratégico de Defesa Nacional deve dar uma resposta tangível a estas interrogações. Os três elementos definidores da identidade portuguesa e da sua projeção externa – o atlantismo, o europeísmo e a lusofonia – refletem-se primordialmente na inserção em organizações multilaterais. Para Portugal, a UE, a NATO e a CPLP são organizações de primeiro plano para os seus interesses nacionais. De modo geral, a participação nos fóruns multilaterais tem sido uma aposta persistente, assumindo que “que este nosso à-vontade no multilateral possa ser constituído como um traço autónomo e característico da política externa portuguesa.”

Portugal vê-se hoje, portanto, como um país europeu e atlântico, mas com uma vocação global. Desde o final do Século XX, a Europa passou a ser a principal área geográfica de interesse estratégico nacional. No entanto, este espaço remete mais para as preocupações socioeconómicas, sendo que o espaço euro-atlântico continua



a ser estratégico para Lisboa, vulgo a aliança com Washington e a coesão da NATO. Deste modo, o país está no centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre Europa, América do Norte e do Sul e África Austral.

Existe um certo paradoxo no facto de a centralidade de Portugal – na sua dimensão marítima transatlântica e na ligação aos países de língua portuguesa (lusofonia) – coexistir com a sua posição geográfica periférica à escala europeia. Se do ponto de vista da segurança Lisboa é central devido nomeadamente às ilhas que possui no Atlântico, existe continuamente uma possibilidade de periferação, nomeadamente pela evolução do sistema internacional em direção à região Ásia-Pacífico. A crise das dívidas públicas na zona euro e o resgate financeiro de Portugal, entre 2011 e 2014, mostram também uma vontade de manter uma posição central e evitar a descida para um lugar mais periférico.

Em síntese, as três vertentes da política externa estão intimamente ligadas e concorrem para que o país participe em vários centros políticos e evite a marginalização de um Estado que é pequeno, mas que tem materializado a sua vocação global, em particular na aposta nos fóruns multilaterais. O multilateralismo afirmou-se, pela prática, como o quarto vetor que interliga as identidades múltiplas de Portugal e lhe permite atuar numa escala superior à sua dimensão.

No atual contexto de rutura nas relações com o maior vizinho europeu, com a Rússia, a dimensão geopolítica do Leste está a provocar mudanças históricas nos quadros multilaterais que Portugal integra, em resposta à necessidade premente de ajudar a Ucrânia, isolar Moscovo e gerir as consequências globais da guerra de invasão russa. Contribuir para soluções decididas em ambientes multilaterais, com vista à governação global das agendas políticas e económicas, é um desígnio que Lisboa tem não só a apetência, mas também a competência de realização. ■

**Nota**

<sup>1</sup> Lusa. 2018. “Internacionalização e multilateralismo são traços da política externa portuguesa – MNE.” Diário de Notícias (3 de janeiro).